

Chile representava a afirmação da burguesia modernizadora. Na primeira década do século Buenos Aires já possuía metrô subterrâneo e a Argentina era a oitava economia do mundo.

Contudo, o fenômeno latino-americano de maior impacto foi a Revolução Mexicana. Em 1911 foi derrubado Porfírio Díaz, que em quase quatro décadas à frente do governo mexicano promoveu uma modernização econômica bastante excludente no plano social. Desde então o país viveu uma intensa mobilização popular e agitação sociopolítica, além de intervenções militares norte-americanas. O componente camponês, indígena e anticlerical levou a uma guerra civil, com as campanhas de Zapata no sul e as de Pancho Villa no norte ameaçando o perfil burguês da revolução. O presidente Carranza conseguiu derrotar Villa em 1915, adotando uma constituição progressista em 1917, e o presidente Calles institucionalizou posteriormente o domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

### 3.2 A Paz Armada e a formação dos blocos (1904-1914)

#### As massas na política: nacionalismo e socialismo

As transformações geradas pela Segunda Revolução Industrial, analisadas adiante, fomentaram um forte incremento demográfico e o crescimento e uma concentração urbana acelerada. Esta expansão das cidades resultava da lógica do capital e constituía um modelo ocidental triunfante, que se generalizava pelo planeta. O crescimento populacional, combinado com a modernização econômica que afetava a Europa, ensejou a formação de um expressivo fluxo migratório em direção às colônias de povoamento, à região platina e, principalmente, aos Estados Unidos. Contudo, se a emigração europeia servia para aliviar determinadas tensões sociais, nem por isto diminuía o impacto da formação de uma *sociedade de massas*, pois o aumento da população e sua concentração nas cidades produziam novos fenômenos sociais.

Como foi visto, a Segunda Revolução Industrial acelerou tecnicamente as comunicações e criou novos meios de difusão de ideias. Este fenômeno se dava paralelamente ao ingresso de grandes contingentes humanos na vida política. A entrada das massas na política, longe de constituir um mero problema quantitativo, representou um salto qualitativo na vida social. Dois elementos que acompanharam este

processo tiveram impactos particularmente importantes: a expansão do aparelho educacional público e o surgimento de uma imprensa popular acessível ao homem comum.

A escolarização constituía uma necessidade inerente ao progresso técnico-industrial, mas seus efeitos não se restringiam à alfabetização e à obtenção de conhecimentos técnicos, pois a escola mostrava-se também como um meio eficaz de socialização. Se por um lado, a educação teve um caráter predominantemente secular, estabelecendo a crítica à religião e estimulando o pensamento materialista e cientificista, por outro serviu largamente como meio para a difusão do nacionalismo pelos governos. Sem dúvida que o nacionalismo revestiu-se de variados matizes, mas geralmente foi utilizado como meio de legitimação do Estado e dos governos, como fator de unidade social e como forma de apoio ao imperialismo e ao colonialismo. Isto permitia a união dos trabalhadores com a burguesia de seu país, na luta contra as potências rivais.

Nesta mesma linha, os governos conseguiam estimular uma ideologia mobilizadora para combater a propagação das ideias socialistas, que ganhavam terreno. A convergência dos novos elementos técnicos com os fenômenos sociais acima descritos dotou o nacionalismo de uma sólida base popular (cujo núcleo ativo foi geralmente a classe média), o qual serviu também para embasar a formação de um mercado e de uma economia nacional. A política internacional passou, desde então, a contar com

um componente popular, identificado como “opinião pública”, vinculando-se desta maneira diretamente à política interna de cada Estado.

Em alguns países, o nacionalismo revestiu-se de contornos raciais, desenvolvendo-se como correntes políticas pan-germanistas, pan-eslavistas e anglo-saxônicas. Este fenômeno foi particularmente importante no caso da Alemanha, pois a unificação deixara de fora as minorias alemãs da Europa centro-oriental. Na medida em que a expansão econômica passou a dirigir-se para os Balcãs, o pan-germanismo também se tornou um elemento de peso na política austríaca, servindo como elemento de legitimação da política destes países para esta região. Mas a península balcânica também era o lar dos eslavos do sul (a maioria deles de religião ortodoxa), submetidos aos impérios multinacionais austríaco e turco. Assim, o pan-eslavismo servirá como instrumento ideológico para o império russo alcançar seus interesses nesta região, justificando-se como defensor da religião ortodoxa e das minorias eslavas da região. Os anglo-saxões, por sua vez, concebiam como missão histórica o desenvolvimento do império colonial e a primazia mundial de sua civilização.

O operariado urbano-industrial consolidou-se como classe durante esse período, e suas organizações políticas e sindicais expandiram-se constantemente. Este fenômeno terá um impacto decisivo sobre o desenvolvimento histórico subsequente, inclusive porque suas organizações



articularam-se por meio de estruturas supranacionais. Em 1864 foi criada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional. Protagonizada por Marx e Bakunin, a Internacional deixa de existir em 1872. A Segunda Internacional, fundada em 1889 em Bruxelas, já possuía mais força e coesão, baseada que estava em poderosos partidos operários como o Partido Trabalhista britânico, os Partidos Socialistas da França e da Itália e, os Partidos Social-Democratas alemão, austríaco e russo. Esta Internacional foi marcada pela luta entre a corrente marxista e a anarquista, que culminou com a expulsão da última em 1896. Em 1904 a tendência reformista foi oficialmente condenada e em 1912 a Segunda Internacional decidiu utilizar a greve geral como meio de evitar o desencadeamento da guerra que se avizinhava.

Apesar destas decisões, o movimento operário estava sofrendo uma transformação qualitativa rumo à moderação. A Segunda Revolução Industrial, com seu avanço tecnológico e novas formas de organização do trabalho, logrou um elevado incremento da produtividade, contendo o fenômeno de empobrecimento dos trabalhadores industriais. Os mais especializados dentre estes passaram a receber aumentos salariais reais e a gozar de uma situação de estabilidade, transformando-os no que se convencionou chamar de *Aristocracia Operária*. Ora, era justamente este grupo que fornecia os quadros dirigentes dos sindicatos e dos partidos da Segunda Internacional. Assim,

sob a influência dos evolucionistas fabianos da Inglaterra, os adeptos do revisionismo de Bernstein ampliam sua influência no meio operário, substituindo a concepção revolucionária de destruição do capitalismo pela estratégia de uma transformação gradual e pacífica deste sistema.

Neste contexto, o movimento operário e seus partidos cresciam em número e em influência, paralelamente à moderação de suas posições. Seus partidos cresceram eleitoralmente, ampliaram seu espaço nos parlamentos e na sociedade, desenvolvendo uma luta pela secularização (de contornos anticlericais em alguns países), pelo reforço do parlamento e da constituição, mas principalmente pelas reformas sociais, tais como a redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, seguro contra acidentes de trabalho e acesso à educação e habitação. Esta luta obteve alguns êxitos, o que foi facilitado em determinados países, como a Alemanha bismarckiana, que desenvolveu uma política social, com o objetivo de reduzir os conflitos internos e dotar o país de maior coesão, enfrentando em melhores condições os desafios internacionais.

Nos anos que antecederam ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, o movimento operário de viés socialista crescia rapidamente, embora, como foi ressaltado, suas posições políticas fossem moderadas. Justamente por isto, as burguesias de muitos países temiam que o movimento socialista estivesse em vias de se tornar uma alternativa de poder. A polarização entre



esquerda e direita era cada vez mais forte nesta época, como demonstra o caso Dreyfus na França. No verão de 1914 as barricadas haviam voltado às ruas de Moscou, o Partido Social-Democrata alemão e o Socialista francês já possuíam mais de uma centena de deputados nos respectivos parlamentos, sendo que este último, algumas semanas antes do início da guerra, venceu as eleições. Mas o desencadeamento do conflito impediu-os de assumir o poder, pois Poincaré instituiu um governo de União Sagrada, congregando todos os partidos.

### A geopolítica e os projetos estratégicos

Na passagem do século XIX ao XX, desenvolveram-se teorias específicas para a compreensão da política internacional das grandes potências. A *Geopolítica*, teoria considerada ciência por muitos estrategistas, foi formulada especialmente a partir da publicação do livro *Politische Geographie* pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em 1897. Segundo este estudioso, a posição e as características geográficas de um país determinavam sua política externa. Particularmente importante foi o conceito de espaço (*Raum*), segundo o qual este elemento seria indispensável para o desenvolvimento de uma grande potência. Como vimos, este conceito era perfeitamente adequado para a Alemanha desenvolver uma política que superasse os fatores que entravavam sua ascensão à posição de

primeira potência mundial. Historicamente, a geopolítica alemã considerou o Leste Europeu e os Balcãs como sua área natural de expansão contígua, visando formar sua *Mittleuropa*.

O inglês Mackinder, em 1904, partindo dos estudos de Ratzel elaborou o que viria a ser a base da geopolítica inglesa e, depois, norte-americana. Segundo ele, o planeta estaria dividido em duas zonas antagônicas: o centro da massa continental eurásiana (ou *Heartland*), e a ilha mundial, ou zona oceânica, controlada por uma potência marítima (naquele momento a Grã-Bretanha, depois os EUA). Segundo Mackinder, se uma potência controlasse a totalidade do *Heartland*, poderia ameaçar a ilha mundial. Já o Almirante norte-americano Mahan, em 1900, desenvolveu uma teoria segundo a qual a hegemonia de uma potência marítima perduraria enquanto ela controlasse uma série de pontos de apoio ao longo das costas da Eurásia.

Ciência ou não, a geopolítica nos revela muito sobre as percepções, os desejos e os fantasmas que atormentavam seus formuladores. É perceptível a importância conferida aos recursos naturais, no momento em que a Segunda Revolução Industrial aumentava a demanda por matérias primas, e a noção de espaço, quando a Europa estava repartindo o mundo. Também é visível a oposição entre uma estratégia de domínio mundial centrada no controle dos oceanos (concepções anglo-saxônicas) e outra que prioriza a posse de grandes extensões terrestres contíguas (pers-



pectiva alemã). Cada potência adaptará suas concepções conforme suas necessidades (mais históricas que geográficas), expressando estratégias particulares de expansão, o que nos permitirá uma maior compreensão de suas atitudes durante a Grande Guerra. A seguir, são esboçados esquematicamente os objetivos estratégicos de cada um dos principais protagonistas.

O imperialismo alemão tinha como prioridade a expansão para o leste da Europa e para o Oriente Médio, onde se encontravam os recursos naturais necessários a seu crescimento industrial. A aliança com a Áustria-Hungria, a ideologia pan-germanista, os investimentos no petróleo turco e a construção da ferrovia Berlim-Bagdá evidenciam esta orientação. Uma guerra com a Rússia afigurava-se inevitável, para ocupar a Polônia, os países bálticos e a Ucrânia, esta última rica em minérios, cereais e espaços infinitos para a colonização alemã. É importante lembrar que havia minorias alemãs até o rio Volga, nos limites da Rússia europeia.

Ao lado desta tendência “natural”, a Alemanha tinha que responder ao desafios de seus competidores ocidentais em termos econômicos e militares. Considerava necessário estabelecer uma espécie de confederação econômica que lhe permitisse controlar a Holanda, Bélgica, Luxemburgo e os departamentos industriais do norte da França. Suas ambições no mundo colonial, representavam muito mais um ressentimento contra Londres e Paris e

uma diplomacia de prestígio do que um projeto consistente. Apenas as pretensões de expulsar os ingleses do Egito e da Índia, bem como o controle sobre a Turquia, parecem adequar-se mais à sua realidade.

Já a Grã-Bretanha, que era o maior e mais populoso império na época, desejava destruir a capacidade comercial e naval alemã, apoderar-se do Império Turco e dividir as colônias alemãs com a França. Esta, por sua vez, além de partilhar as colônias alemãs com seu aliado, visava recuperar a Alsácia-Lorena e ocupar o Sarre e parte da Renânia, destruir a capacidade industrial e militar alemã e participar do desmembramento da Turquia. A Rússia, por sua vez, tinha objetivos geopolíticos que bem demonstravam sua defasagem no plano internacional. Além de ampliar suas fronteiras sobre a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, desejava, sobretudo ocupar a cidade de Constantinopla, os estreitos e parte do litoral turco, para ter um acesso ao Mar Mediterrâneo.

A Itália, por seu turno, realmente estava numa posição indefinida, oscilando entre priorizar seu irredentismo e expansionismo balcânico ou lançar-se na aventura colonial. A *Entente* oferecia-lhe os territórios austríacos povoados por italianos, a Dalmácia, a Albânia e alguma parte da Turquia. Já a aliança alemã oferecia a Córsega, Nice, Saboia e parte das colônias francesas do norte da África. De qualquer forma, os Balcãs e o Mediterrâneo Oriental parecerão mais interessantes, já que o desenvolvimento industrial



italiano ainda não tinha porte para tirar vantagens de um amplo império colonial africano. Quanto ao Japão desejava ampliar suas possessões na China e no Pacífico. Neste sentido, a conquista das colônias alemãs na Ásia convinha-lhe perfeitamente (península de Chantung e arquipélagos do Pacífico). O caos se aprofundava na China, particularmente após a queda da dinastia Manchu e a proclamação da República em 1911, o que estimulava ainda mais as ambições japonesas sobre este país.

Finalmente, no que diz respeito aos Estados Unidos, seus objetivos ainda não se encontravam tão claramente definidos antes da guerra, esboçando-se gradativamente ao longo deste processo. De qualquer maneira, o rígido controle do *Mare Nostrum* caribenho, a ascendência econômica sobre a América do sul e a política de *portas abertas* em relação à China, eram questões em relação às quais Washington não fazia concessões. Começa ainda a perceber-se que, gradativamente, os EUA passam a adotar a política inglesa de equilíbrio de poder em relação à Europa, além de manifestar uma discreta hostilidade em relação ao colonialismo. Como se pode ver, os objetivos geopolíticos de *todas as potências* e a estratégia para alcançá-los, permitem caracterizar a guerra iminente principalmente como um conflito pela redivisão do planeta, devido ao ritmo desigual de desenvolvimento das nações industriais. Em 1870 a Inglaterra possuía a maior produção industrial do mundo, vindo os EUA em segundo, a França em terceiro e a Alemanha em quarto. Em 1913 os

EUA ocupam a primeira posição, a Alemanha a segunda, a Inglaterra a terceira e a França a quarta.

### Os blocos militares e as crises diplomáticas

No mundo afro-asiático, o predomínio europeu afirmava-se gradativamente, com o esmagamento das revoltas anticoloniais de tipo tradicional. Apenas algumas poucas áreas como a Abissínia (Etiópia), Pérsia (Irã), Sião (Tailândia) e China escaparam ao domínio direto das potências europeias, sofrendo, entretanto, uma exploração econômica compartilhada por parte destas. Neste último país, a dinastia Manchu foi derrubada em 1911, instaurando-se uma república liderada por Sun Yat-Sen. Mas o país mergulhou no caos e numa guerra civil que durariam quatro décadas, com a disputa do poder pelos *senhores da guerra* (militares que controlavam as províncias) e depois entre o *Kuomintang* (Partido Nacional da China) e os comunistas, sempre em meio a intervenções estrangeiras.

O ano de 1904 marcou uma inflexão na evolução diplomática, dando início a uma fase de crises que conduziria à Primeira Guerra Mundial. Neste ano foi estabelecida a *Entente Cordiale* franco-britânica e no Extremo Oriente eclodiu a Guerra russo-japonesa. As pretensões dos dois países na Manchúria e Coreia eram excludentes e, contando com o beneplácito inglês, o Japão atacou as forças russas na região, derrotando-as numa ofensiva terrestre e, em



1905, batendo completamente a esquadra naval do Báltico (batalha de Tsushima), que o Czar enviara ao Pacífico em reforço à sua armada.

Durante o conflito eclodiu a Revolução de 1905 na Rússia, comprometendo definitivamente a política internacional do país, que já se encontrava em dificuldades. Esta revolução popular teve início espontaneamente quando a guarda do palácio do Czar abriu fogo contra uma manifestação pacífica que ia entregar uma petição. A revolta de operários, soldados (motins e a rebelião dos marinheiros do encouraçado *Potemkin*) e camponeses se espalhou pelo país, sem uma liderança unificada. O czar Alexandre II procurou ganhar tempo, propondo reformas aos revoltosos, cuja ação expandira-se por todo país, enquanto negociava a paz com o Japão. Com o fim da guerra, e recebendo ajuda internacional, o governo russo iniciou uma feroz repressão contra os revolucionários.

A derrota russa na guerra custou-lhe a perda das ilhas Curilas, de metade da ilha de Sacalina e de suas possessões na China, que passaram ao domínio japonês, e evidenciou a fragilidade e o arcaísmo do país, bem como os riscos existentes de uma ampla revolução social. Por outro lado, era a primeira vez que uma nação asiática vencida europeia, colocando o Japão em posição equivalente à das demais potências na Ásia, rebaixando a Rússia na escala de grandeza internacional e acabando ainda com sua expansão na região.

No mesmo ano de 1905, ocorreu a primeira crise do Marrocos. Desde 1904, numa reação à *Entente Cordiale*, a Alemanha vinha tentando romper o sistema de alianças da França, e para tanto o Kaiser Guilherme II optara pela *Weltpolitik* (política mundial), apoiado no nacionalismo pan-germanista, na concepção geopolítica e na expansão naval. Ao manifestar pretensões em relação ao Marrocos, Berlim desejava barrar a expansão francesa na África do Norte, testar a solidez da *Entente* e obter um ponto de apoio no Mediterrâneo, num momento em que a Rússia encontrava-se em dificuldades no Oriente e não poderia honrar seus compromissos com Paris. A jogada alemã foi mal recebida pela Inglaterra, uma vez que a França já estava presente no Marrocos. Assim, a Conferência de Algeiras, em 1906, teve como resultado o fracasso da Alemanha, que foi obrigada a reconhecer a supremacia francesa na região.

O que o conflito russo-japonês e a crise franco-alemã demonstraram, como manifestação das *forças profundas*, foi a crise do imperialismo de tipo colonialista. Em suas linhas gerais, a expansão rumo ao mundo colonial atingira seus limites, pois a quase totalidade das regiões “vazias”, isto é, não pertencentes a nenhuma das potências, já havia sido conquistada. Quanto às demais, ou já se encontravam destinadas a alguma potência, sendo sua ocupação uma questão de tempo, ou haviam tido sua exploração coletiva decidida pelos grandes protagonistas das relações internacionais. Assim, tanto quantitativamente não existiam mais



áreas a serem ocupadas, como qualitativamente a intensificação do *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo (a defasagem entre o ritmo e o nível de desenvolvimento econômico entre regiões integradas dentro de um mesmo sistema) pressionavam por uma redivisão dos impérios coloniais, premiando os mais dinâmicos. A partir de então a tensão e as rivalidades cresceriam até a eclosão da guerra.

Uma das consequências da crise do Marrocos foi a criação da *Tríplice Entente*, um processo gradativo de aproximação entre Grã-Bretanha, França e Rússia. Londres, temendo a expansão naval alemã, mudou sua atitude com relação à Rússia, uma vez que esta renunciara à sua expansão na Ásia e voltara-se agora para os Balcãs, através do pan-eslavismo. Enquanto isto, a corrida armamentista intensificava-se, despertando temores generalizados. Assim, em 1907 reuniu-se uma conferência sobre desarmamento em Haia, no qual ingleses e franceses procuraram obter o congelamento da corrida armamentista. Ora, como a Alemanha considerava-se em condição de inferioridade neste terreno, e estava realizando um esforço maior (que também correspondia a seu dinamismo econômico), recusou as propostas da *Entente*, levando a conferência a um fracasso.

Em 1908 eclodiu a primeira crise balcânica, quando o Império Austro-Húngaro anexou a província turca da Bósnia-Herzegovina. A nova onda de expansão austríaca

na região procurava aproveitar a fraqueza russa e eliminar a Sérvia, protegida desta. A Alemanha estimulou e apoiou esta iniciativa, visando debilitar a *Tríplice Entente*. A Rússia não conseguiu impedir a manobra austríaca, mas estreitou então seus vínculos com a França e a Inglaterra, aproximando-se também da Itália, que começava a preocupar-se com a voracidade de seus aliados nos Balcãs. Em 1911 teve lugar a segunda crise do Marrocos, com nova pressão alemã para o estabelecimento de uma esfera de influência econômica. Mas a Inglaterra opôs-se resolutamente às pretensões alemãs, obrigando Berlim a recuar e mostrando que, em caso de conflito, a França poderia contar com seu apoio.

A segunda crise balcânica ocorreu logo em seguida, em 1912 e 1913. A Rússia, que já se havia recuperado da derrota contra o Japão, voltara-se decididamente para a região balcânica. Tentando tirar proveito das constantes revoltas contra a Turquia Otomana (que continuava vulnerável, apesar das reformas modernizantes logradas pelo movimento renovador dos *jovens turcos* em 1908), o Czar promoveu a formação de uma coalizão antiturca, a Aliança Balcânica, entre Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro.

Em 1912 as forças dos quatro pequenos Estados atacaram os turcos e, para surpresa geral, os derrotaram e chegaram às portas de Constantinopla, onde se detiveram por pressão das grandes potências. Para a Tríplice Aliança a questão fundamental era impedir o acesso da Sérvia ao Mar





Adriático e evitar o acesso da Rússia aos estreitos turcos, por onde a esquadra russa do Mar Negro poderia alcançar os mares quentes e abertos, no caso o Mediterrâneo. A Sérvia era o reino mais nacionalista entre os eslavos do sul e o maior obstáculo à expansão austríaca na região. Assim, foi criado o reino da Albânia, para impedir o acesso dos sérvios ao mar.

A partir deste momento, as grandes potências procuraram estabelecer alianças com os pequenos reinos da região, explorando ódios, interesses locais e ressentimentos. Assim, mal terminada a Primeira Guerra Balcânica, eclodiu outro conflito pela divisão dos territórios cedidos pela Turquia. A Bulgária, com apoio político da Áustria, atacou a Grécia e a Sérvia, país que Viena desejava evitar que saísse fortalecido. A Romênia, o Montenegro e a Turquia uniram-se à Grécia e à Sérvia, derrotando a Bulgária, que teve de ceder parte dos territórios conquistados. A região constituía um verdadeiro barril de pólvora, que explodiria dois anos depois.

Neste momento, tornaram-se intensos os movimentos pela busca de alianças, bem como se intensificou a corrida armamentista. Apesar da rivalidade naval, existiam setores políticos na Grã-Bretanha e na Alemanha que eram favoráveis à cooperação entre os dois países, mas a obstinação alemã em prosseguir seu esforço armamentista conduziu ao bloqueio do processo de negociações em 1912. A consequência imediata foi o reforço da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança, pois a Alemanha preocupava-se com a

debilidade austríaca em enfrentar os nacionalismos balcânicos.

Contudo, a Itália reagiu com certa frieza, devido à política balcânica de seus aliados. Os diversos governos europeus intensificaram a preparação militar, incrementando a produção de novos armamentos (sobretudo canhões de grande calibre, metralhadoras e os encouraçados *Dreadnought*, de grande porte) e reorganizando os exércitos, particularmente com a ampliação do serviço militar. Além disso, multiplicaram-se por todos os países as manifestações chauvinistas (nacionalistas extremados) e militaristas. Em Berlim falava-se na necessidade de uma guerra preventiva, e o cenário para ela já estava montado.

Em 28 de junho de 1914 o estudante bósnio Príncipe, militante da organização secreta sérvia Unidade ou Morte, assassinou o herdeiro do trono austríaco em Sarajevo, o arquiduque Francisco Ferdinando, desencadeando a chamada Crise de Julho de 1914. Embora o governo sérvio não estivesse diretamente envolvido no incidente, a Áustria radicalizou suas demandas sobre Belgrado (capital sérvia), buscando uma confrontação para acabar com o que considerava como "irredentismo eslavo". Em 23 de julho apresentou um *ultimatum* ao governo sérvio, com condições inaceitáveis para a soberania deste, e, uma vez recusado o documento, declarou guerra à Sérvia dia 28.

A Alemanha estimulou desde o início a Áustria no rumo da confrontação, tentando criar um conflito localiza-

do, semelhante aos de 1912-1913. A Rússia, para evitar um novo revés como o de 1908, iniciou a mobilização geral do exército, inclusive contra a Alemanha, transformando a crise num *affair* europeu. Embora os diplomatas de todos os países fizessem esforços para desativar o mecanismo da guerra, os generais e os estados-maiores já estavam dando as cartas e desejavam implementar seus planos e estratégias. Dia 1º de agosto de 1914 a Alemanha declarou guerra à Rússia e dia 3 à França. O Deus Marte iniciava sua dança da morte.

